A ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

AMARAL JÚNIOR, Geraldo Garcia do
DAMASCENO, Matheus Pereira Damasceno
NASCIMENTO, Vinicius França do
GODOY, Dênnis Ferreira

RESUMO

Este artigo tem por objetivo estudar o uso da Estratégia de Resistência na Amazônia brasileira. Inicialmente são apresentadas as características gerais do ambiente amazônico. Em seguida são apresentadas as principais características da Estratégica da Resistência brasileira e os principais estudos acadêmicos sobre o assunto. Por fim, é analisada a aplicabilidade da estratégia ao caso brasileiro e seu alinhamento com os conhecimentos produzidos por autores que tratam do assunto. Para a realização do trabalho foi utilizada a bibliografia nacional sobre o tema, encontrada em documentos do Governo, livros, artigos científicos e dissertações, além da obra do autor analisado. Ao final do trabalho conclui-se que a Estratégia da Resistência encontra um ambiente físico favorável e uma psicossocial desfavorável á sua aplicação na Amazônia, e que os princípios básicos da estratégia brasileira estão alinhados com os defendidos nas principais publicações sobre o assunto.

Palavras chave: estratégia, resistência, Amazônia

ABSTRACT

This article aims to study the use of the Resistance Strategy in the Brazilian Amazon. Initially the general characteristics of the Amazonian environment are presented. Following are the main characteristics of the Brazilian Reissue Strategy and the main academic studies on the subject. Finally, the applicability of the strategy to the Brazilian case and its alignment with the knowledge produced by authors are analyzed. For the accomplishment of the work was used the national bibliography on the subject, found in Government documents, books, scientific articles and dissertations, besides the work of the analyzed author. At the end of the paper, we conclude that the Resistance Strategy finds a favorable physical and psychosocial environment unfavorable to its application in the Amazon, and that the basic principles of Brazilian strategy are in line with those defended in the main publications on the subject.

Key words: Strategy, resistance, Amazon

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa destina a investigar a aplicabilidade da Guerra de Resistência como estratégia para a defesa da Amazônia. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental no intuito de entender as peculiaridades do ambiente amazônico e as características da estratégia de resistência brasileira. Em seguida foi feita uma comparação do modelo da estratégia de resistência brasileira com os preceitos deste tipo de guerra contidos no capítulo “Guerra Revolucionária” do livro “ Construtores da Estratégia Moderna” de John Shy e Thomas W. Collier, que se trata de um texto consagrado sobre o assunto.

Apesar da importância da Amazônia para o Brasil e para ao mundo, o tema é pouco explorado no país e existem poucas obras recentes que o abordam de forma direta. Entre os autores que buscaram estudar o assunto estão: Bezerra (2000), Magluf Jr (2010), De Paula e Costa Neto (2008) e Pedrosa (2013).

Para Bezerra (2000), a estratégia da resistência é a mais adequada a ser adorada pelo Brasil na defesa da Amazônia frente ao cenário de um invasor com poder militar incontestavelmente superior.

Magluf Jr (2010) afirma que apenas o Exército Brasileiro está efetivamente engajado no desenvolvimento da Doutrina de Resistência e defende que a criação de um comando militar combinado voltado para a defesa da Amazônia englobando as três Forças traria vantagens como: o desenvolvimento conjunto da doutrina do combate de resistência, padronização de técnicas e táticas entre as forças; melhor aproveitamento dos respectivos sistemas de inteligência e dos recursos financeiros disponíveis para as Forças Armadas da região.

Paula e Costa Neto (2012) afirmam que a vontade e a coesão nacionais, somados ao desenvolvimento sustentável e a integração da região amazônica constituem condições indispensáveis à aplicação da doutrina da resistência pelo Brasil na defesa da Amazônia.

Pedrosa (2013) afirma que não é razoável pensar no Estado como condutor de uma estratégia de resistência para a defesa da Amazônia, tendo em vista que sua própria natureza estruturante é contrária a esse tipo de guerra. Além disso, não considera que o Brasil esteja ameaçado pelos países ocidentais desenvolvidos, pois os mesmos adotam historicamente um comportamento racional e alinhado com os valores da democracia, liberdade e respeito à lei. Portanto, considera que a maior ameaça à Amazônia Brasileira consiste na incapacidade do país em administrá-la, o que poderia levar à contestação de sua autoridade pela comunidade internacional. Por isso, a melhor ação a ser adotada seria demonstrar que as instituições do País são instituições confiáveis para essa tarefa.

A importância do tema reside no fato de que a estratégia da resistência hoje está institucionalizada pelo Estado brasileiro, estando prevista nos principais documentos oficiais de defesa como a Estratégia Nacional de Defesa (END), mas ainda existe pouco debate acadêmico sobre

o assunto.

A Estratégia Nacional de Defesa aborda o assunto superficialmente, porém direciona todos os demais documentos oficiais que se aprofundam no tema. O emprego do Exército Brasileiro, de forma geral, deve estar orientado com os conceitos estratégicos de flexibilidade e de elasticidade. Ademais, quanto à região amazônica, as diretrizes são ampliar a segurança jurídica e reduzir os conflitos decorrentes dos problemas fundiários ainda existentes.

Para a execução do presente trabalho, além da pesquisa bibliográfica referente aos autores acima citados, foram pesquisados outros que trabalham separadamente os assuntos: Amazônia Brasileira e guerra de resistência.

2. A AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia Brasileira, é a maior floresta tropical do mundo, possuidora de enorme biodiversidade e de grandes fontes de riqueza mineral. É uma das maiores reservas de água doce do planeta, e possui imensas reservas de minerais estratégicas como nióbio e petróleo, além de ouro e diamantes. Ao mesmo tempo em que possui toda essa riqueza, a região é pouco povoada e possui grandes vazios demográficos, inclusive nas regiões de fronteira. A presença do Estado é precária e a população tem dificuldade de acesso a serviços básicos como atendimento médico, educação, água potável e rede de esgoto, principalmente nas regiões afastadas das capitais dos estados.

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa, a tutela da Amazônia cabe unicamente ao Brasil, sendo repudiado qualquer tentativa alheia de intervenção. Ela é um dos focos de maior interesse para a defesa e, para isso, se faz necessário um avanço de projeto de desenvolvimento sustentável, levando-se em conta os princípios de controle, mobilidade e presença. (BRASIL, 2012)

O ambiente amazônico exerce influências particulares nas operações militares. O clima quente e úmido exige aclimatação dos recém-chegados e vegetação limita a visibilidade e a execução do tiro a longo alcance. Embora modernos meios de sensoriamento já consigam identificar e localizar tropas no interior da floresta, a selva ainda favorece as ações de combate aproximado e a aplicação de técnicas de guerra irregular como emboscadas, sabotagens e incursões. O relevo e a hidrografia são um sério obstáculo à manobra, ao suprimento logístico de grandes escalões e a movimentação das tropas, impondo a necessidade de descentralização das ações. (BEZERRA, 2000).

Para superar as características próprias do ambiente de selva com seus rigores climáticos, aliados ao relevo, a vegetação e as peculiaridades dos aspectos militares do terreno, as tropas que operam nessa região necessitam de treinamento especializado e equipamento específico, o que dificulta o emprego de efetivos militares de outra região sem o devido preparo. (BEZERRA, 2000).

O Exército Brasileiro mantém na Amazônia dois Comandos Militar, o Comando Militar da

Amazônia, sediado na cidade de Manaus-AM, o Comando Militar do Norte, sediado na cidade de Belém-PA. Esses comandos têm unidades espalhadas por todos os estados da região Norte (exceto o estado de Tocantins) e estado do Maranhão. A partir da década de 90, o Exército vem buscando ampliar sua presença na região através da transferência de quartéis de outras regiões do país para a Amazônia. Atualmente, o efetivo do Exército na Amazônia é de cerca de vinte e cinco mil militares. (MAGLUF JR, 2010).

O Exército também mantém na cidade de Manaus-AM o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), voltado para a especialização de oficiais e sargentos em técnicas de combate em área de selva. Este centro possui uma Divisão de Doutrina que apoia o Comando do Comando Militar da Amazônia no desenvolvimento da doutrina do Combate de Resistência.

Os quartéis localizados próximo à faixa de fronteira possuem Pelotões Especiais de Fronteira localizados nas principais vias de acesso fluviais de sua jurisdição, de modo que possam exercer a vigilância e fiscalização do fluxo de entrada e saída de pessoas e mercadorias pela fronteira. Esses pelotões servem de plataforma para a ação de outros órgãos do Estado e em torno desses pelotões cresceram núcleos populacionais que contribuem para a vivificação da fronteira na região. (MAGLUF JR, 2010).

3. A ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

O fim da bipolaridade em 1990 fez surgir uma nova agenda mundial onde o conflito ideológico leste-oeste deu lugar a novos temas como os direitos das minorias étnicas e a questão da preservação ambiental. Paralelo a isso surgiram também novos conceitos relacionados à soberania, relativizavam o direito de soberania dos Estados caso este não fossem capazes de assegurar os direitos humanos de sua população. Nesse contexto foram autorizadas pela ONU intervenções militares em países como: Somália (1992), no Haiti (1994), na Herzegóvina (1995) e em diversos outros países. (PEDROSA, 2013).

As questões ambientais, sobretudo a da preservação da região amazônica, passaram a integrar a pauta de autoridades de países ricos que duvidavam da capacidade dos países da região de preservar e administrar tal riqueza, considerada por eles como patrimônio da humanidade. Começam a surgir então propostas de administração da Amazônia que colocavam em xeque a soberania dos países amazônicos.

Para o Exército Brasileiro tal ameaça exigia o desenvolvimento de capacidades que possibilitassem a reação á possibilidade de que alguma de potência estrangeira ou uma coalizão delas tentasse questionar a soberania brasileira sobre a região (PEDROSA, 2013)

A guerra irregular, tema relativamente novo no Brasil, vem sendo analisada e estudada desde

meados da década de 1970. Desde então, o Exército passou a desenvolver sua Doutrina de Combate de Resistência, que vem sendo aperfeiçoada ao longo dos anos com a realização de exercícios voltados ao aperfeiçoamento do combate irregular e a formulação de manuais que expliquem essa doutrina, como o EB20-MC 10.210 Combate de Resistência. A partir da criação do Ministério da Defesa em 1999, esses exercícios passaram a envolver também as outras Forças singulares. (MAGLUF JR, 2010).

Baseando-se em exemplos históricos de outras nações contra grandes potências militares e na sua própria história, quando no ano de 1640 em Guararapes enfrentou e venceu o invasor holandês militarmente superior através do uso de técnicas de emboscadas (CASTRO, 2006), o Exército Brasileiro vislumbrou o emprego de uma estratégia indireta, inicialmente chamada de Estratégia da Lassidão, formulada pelo estrategista militar francês André Beuafre, e posteriormente da Estratégia da Resistência. A partir da década de 1990, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército incluiu o tema nas suas pesquisas e verificou-se grande mobilização em torno do mesmo, o que resultou em inúmeros seminários, debates e exercícios táticos no âmbito do CMA. O desenvolvimento da doutrina, entretanto, jamais chegou a oferecer uma completa integração com os níveis estratégico e político. (PEDROSA, 2013).

A Estratégia Nacional de Defesa prevê a necessidade de preparação das Forças Armadas para a adoção de uma guerra assimétrica, sobretudo na região amazônica, nos seguintes termos:

> [...] a ser sustentada contra um inimigo de poder militar muito superior, por ação de um país ou uma coligação de países que insista em contestar, a pretexto de supostos interesses da Humanidade, a incondicional soberania brasileira sobre a Amazônia. [...] . (BRASIL, 2012, p.82)

Seguindo uma tendência corrente em outros países sul-americanos, a END brasileira afirma veementemente a inconteste soberania do Estado Brasileiro sobre a Amazônia, indo de certa forma de encontro ao conceito de segurança centrado nos cidadãos e na preservação de seus direitos defendido pela ONU. (DE OLIVEIRA, 2009).

O conceito de guerra assimétrica, de acordo com o Glossário das Forças Armadas (MD-35-G-01), é o seguinte:

> GUERRA ASSIMÉTRICA – **1.** Conflito caracterizado pelo emprego de meios não-convencionais contra o oponente, normalmente pela parte que se encontra muito inferiorizada em meios de combate. **2.** Conflito armado que contrapõe dois poderes militares que guardam entre si marcantes diferenças de capacidades e possibilidades. Trata-se de enfrentamento entre um determinado partido e outro com esmagadora superioridade de poder militar sobre o primeiro. Neste caso, normalmente o partido mais fraco adota majoritariamente técnicas, táticas e procedimentos típicos da guerra irregular. (BRASIL, 2007, p.123)

Apesar de não declarar abertamente quais países poderia integrar esse rol de possíveis invasores, analisando os conceitos acima podemos chegar à conclusão de que os mesmos se referem

aos grandes países centrais, notadamente os EUA e União Europeia, que poderiam atuar contra a soberania brasileira como ou sem o aval da ONU.

A END prevê ainda as condições abaixo citadas como necessárias ao êxito da condução de uma guerra assimétrica no quadro de uma guerra de resistência, e recomenda ao Exército esforço no desempenho das responsabilidades que lhe são inerentes:

> a. Ver a Nação identificada com a causa da defesa. Toda a estratégia nacional repousa sobre a conscientização do povo brasileiro da importância central dos problemas de defesa.
> b. Juntar a soldados regulares, fortalecidos com atributos de soldados não-convencionais, as reservas mobilizadas de acordo com o conceito da elasticidade.
> c. Contar com um soldado resistente que, além dos pendores de qualificação e de rusticidade, seja também, no mais alto grau, tenaz. Sua tenacidade se inspirará na identificação da Nação com a causa da defesa.
> d. Sustentar, sob condições adversas e extremas, a capacidade de comando e controle entre as forças combatentes.
> e. Manter e construir, mesmo sob condições adversas e extremas, o poder de apoio logístico às forças combatentes.
> f. Saber aproveitar ao máximo as características do terreno. (BRASIL, 2008, p.16)

As condições acima citadas estão contidas na parte da END que trata dos objetivos estratégicos do Exército, o que deixa claro que a prioridade para o emprego da Força Terrestre neste tipo de estratégia, o que pode explicar consequentemente seu maior envolvimento em relação à Marinha e à Força Aérea no que se refere ao desenvolvimento da doutrina e na condução de exercícios de treinamento. Ao se referir ao emprego de “ soldados regulares”, “ reservas mobilizadas” e “ apoio logístico” também fica clara a ideia de que a resistência será conduzida efetivamente por forças militares, e não apenas por parte da população civil por ela apoiada.

Segundo De Oliveira (2009), essa aproximação entre a tarefa convencional e a preparação para o emprego também em técnicas não convencionais é algo de grande complexidade, pois além de se capacitarem a empregar táticas diferentes das tradicionalmente usadas em seus exercícios, os militares deverão adaptar-se a trabalhar em conjunto com militares de outras forças e com a população civil, o que resultará em uma alteração importante em sua cultura profissional. Além disso, atributos como flexibilidade, adaptabilidade, iniciativa terão que ser desenvolvidos desde os mais baixos escalões de comando.

O modelo de planejamento estratégico para um conflito total prolongado com fraca intensidade militar, previsto no manual C124-1 (Estratégia) do Estado-Maior do Exército prevê que:

> (1) Adotado quando o objetivo é importante, a liberdade de ação é grande, mas os meios disponíveis são muito escassos para se buscar uma decisão militar. (...)
>
> (4) Para o oponente mais fraco o problema principal é a necessidade de sobreviver e preservar os parcos meios materiais disponíveis, o que é alcançado pelo fortalecimento das forças morais, por intermédio da exploração de elementos aglutinadores e de coesão da alma nacional, tais como patriotismo, independência e religiosidade.

(5) Poderá ser empregado, ainda, quando o objetivo é muito valorizado pelo oponente mais fraco, mas, secundário para o mais poderoso. É a base da estratégia da resistência (...).

(8) No campo militar, a estratégia da resistência adquire, em geral, a forma de uma guerra não-convencional do tipo guerrilha. (BRASIL, 2004, p. 2-8).

Ainda segundo o manual do Exército, a manobra estratégica da resistência se desenvolve em dois planos:

(a) No plano material das forças militares - Em decorrência do poderio militar de um dos oponentes, o mais fraco tem como primeiro objetivo durar na ação para conservar os seus limitados meios militares. No âmbito estratégico, isto é conseguido por meio da adoção de uma atitude defensiva, evitando batalhas decisivas e, no campo tático, adotando uma postura ofensiva, fustigando constantemente o inimigo para minar sua vontade de lutar, mantendo o conflito e assegurando ampla liberdade de ação. De igual modo, obriga o adversário a dispersar suas forças, criando condições para a obtenção de pequenas e continuadas vitórias.

(b) No plano moral da ação psicológica - Tem como finalidade desenvolver e manter elevadas as forças morais dos combatentes e da população amiga e, simultaneamente, minar a vontade de lutar do inimigo e de seus aliados na zona de conflito. Para os combatentes e não-combatentes são explorados os valores patrióticos, religiosos, anseios de independência, reunificação e outros. (BRASIL, 2004, p. 2-9).

Cabe chamar a atenção a referência que o manual faz ao emprego de "guerra do tipo guerrilha", que indica que a ER não se caracteriza apenas por adotar uma postura estrategicamente defensiva, mas com o uso de táticas convencionais. O uso do termo indica o emprego de técnicas de sabotagem, emboscadas de pequenos grupos a grandes escalões e até mesmo de guerrilha urbana (De Oliveira, 2009) que são muito diferentes do que uma tropa convencional normalmente executa e por isso representa uma importante mudança de paradigma.

Entretanto, cabe ressaltar que durante a condução da guerra irregular não se deveria ocorrer a transformação do exército regular em guerrilheiros, pois somente forças regulares são capazes de produzir decisões estratégicas, ou seja, a manutenção do exército regular é vital na direção da guerra irregular. Comprovadas pelas palavras de Clausewitz:

Se quer evitar perseguir um fantasma, deve-se, pois imaginar que uma guerra irregular esteja sempre combinada com guerra conduzida por um exército permanente, ambas concebidas segundo um plano conjunto único" (CLAUSEWITZ apud SILVA, 1992, p. 87).

Segundo Bezerra (2013), os principais óbices à aplicação da ER são:

- Pouca crença na possibilidade de ocorrência de uma intervenção;
- Falta de consciência nacional e de comprometimento com a causa amazônica;
- Falta de vontade política e governamental com a ER;
- Pouco grau de desenvolvimento da região, dificultando o apoio logístico e facilitando a atuação do invasor no campo psicossocial. O apoio da população local é fundamental o êxito da aplicação da ER, no entanto não existem garantias que esta nos será totalmente favorável;
- Pequena dotação de orçamento para as Forças Armadas, que dificultam a preparação em tempos de paz.

Já Pedrosa (2013) apresenta como óbices:

- o impacto negativo perante à opinião pública nacional da ausência de uma resposta imediata da Forças Armadas à invasão estrangeira, ou de uma derrota inicial contundente caso essa resposta venha a acontecer.
- caso o governo brasileiro, ao ser invadido e sofrer graves reveses militares, assinasse um acordo de paz aceitando a presença estrangeira; as ações de resistência não poderiam contar com o apoio legal do governo, o que dificultaria sobremaneira sua execução.
- A possibilidade de pouco envolvimento da população na guerra de resistência, uma vez que independentemente do sentimento da maioria da população e de seu patriotismo, historicamente apenas uma pequena parcela das populações invadidas se dispõe a assumir os riscos de apoiar este tipo de movimento, havendo ainda a possibilidade de traição por parte de nacionais que buscam lucrar com a instauração da nova ordem a ser implantada.
- A luta fratricida que poderá ser desencadeada entre os resistentes e os possíveis colaboradores que o invasor provavelmente terá. Em todas as lutas coloniais e de libertação ao longo do século XX e neste início do século XXI, as forças de ocupação buscam aprofundar as diferenças entre resistentes e colaboracionistas e essa é uma possibilidade que uma proposta de guerra de resistência abordar.

Além disso, Nunes e Eustáquio (2012) afirmam que atualmente grande parte dos formadores de opinião e consequentemente da população em geral, particularmente entre os que vivem nas regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil, não estão dispostos a enfrentarem o sacrifício de apoiar a adoção de uma estratégia da resistência para a defesa da Amazônia.

Nota-se que ambos os autores questionam a possibilidade de um engajamento consistente da população, tanto local como da que estaria fora da zona de conflito. Essa preocupação também é manifestada na END ao explicitar que “toda a nação” deve estar envolvida com a causa da resistência.

4. A ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA DE SEGUNDO JOHN SHY E THOMAS COLLIER.

Apesar de existir a muito tempo, foi somente a partir do final da década de 1940, com a vitória da revolução comandada por Mao Tsé-Tung na China, as guerras de descolonização na Ásia e África e a Guerra Fria que a guerra revolucionária ganhou destaque no pensamento militar ocidental..

Apesar da dificuldade de se construir um modelo histórico, pois existem poucos registros sobre tais eventos, principalmente nos casos em que são derrotados; os autores consideram o conceito de guerra revolucionária como: a tomada do poder pelo uso de força armada. Desconsideram para isso fatores como: o tempo de duração da revolução, se foi levado a cabo pelo povo, ou se pretende implantar um programa político ou social. Eles entendem que as guerras de guerrilha são apenas um meio de se executar a guerra revolucionária.

Apesar de existirem outros casos históricos e obras relacionados com o assunto, a principal fonte de conhecimentos sobre a guerra revolucionária é a obra de Mao Tsé-Tung. Ele sistematizou os ensinamentos sobre as guerras de guerrilha priorizando sua atuação no meio rural e tendo como condição básica o apoio da população. Seu pensamento a respeito do tempo e espaço era diametralmente oposto ao modelo convencional ocidental, que priorizava vitórias rápidas e a conquista do território.

Segundo Mao, para uma força guerrilheira, a conquista ou manutenção a qualquer custo de um território pode representar o suicídio para uma força de guerrilha, mas " operando em terreno amplo e movimentado, melhor conhecido por tais forças que pelo inimigo, eles poderiam instigar, iludir e desgastar por completo o oponente, criando condições para ataques destruidores de surpresa".

O apoio da população é um do pontos fundamentais da teoria maoista. Por isso ela recomenda o respeito rigoroso aos direitos do povo e o uso intenso de propaganda e a concessão de ajuda á população, embora também recomende a supressão de traidores e colaboradores do inimigo. Uma frase que bem retrata a visão de Mao sobre a relação entre guerrilha e o povo é "o povo é o mar onde eles nadam".

O livro explora a teoria da focagem de Che Guevara , que embora seja considerado um discípulo de Mao dota uma abordagem que os autores consideram fundamentalmente diferente da dele. Enquanto a teoria maoista de que primeiro deveria se conquistar e organizar o apoio da população para depois desencadear a luta armada, a focagem defendia que a luta armada por si só seria um catalisador da vontade popular e que os sucessos rápidos conseguidos pelo levante revolucionário impeliria o povo a entrar na luta criando uma onda revolucionária que culminaria com a tomada do poder. Os autores concluem que tal teoria, apesar de plausível expõe sobremaneira o movimento guerrilheiro no momento em que ele está mais fraco, e que pode resultar em uma derrota categórica, como aconteceu com o próprio Che Guevara na Bolívia.

Uma ressalva feita pelos autores sobre a doutrina maoista clássica é a de que ela não pode ser adotada como de aplicação universal que ela necessita ser adaptada à realidade política, social,

geográfica e internacional vigente. Eles citam o autor Gerard Chaliand que defende que esses preceito só foram perfeitamente assimilados em regiões como China e Vietnã, onde a coesão social são tradicionalmente mais forte que no restante da Ásia , África e América Latina. Nestas regiões os movimentos de guerrilha acabaram sendo mais facilmente sufocados, ou se enfraquecem devido a divisões étnica, regionais ou tribais entre os grupos guerrilheiros.

Ao analisar os movimentos revolucionários pelo mundo a partir de 1945, os autores elencam uma série de fatores que geralmente levam as guerrilhas à vitória ou à derrota. Os casos de vitória revolucionária geralmente se dã quando lutam contra uma invasão estrangeira, um regime colonial ou um governo muito impopular, corrupto e fraco. Para a mobilização da população camponesa, que é a base de uma revolução maoista clássica mas que geralmente é conservadora e resistente a arriscar tudo o que tem em uma luta desigual, elas tem que estar motivadas pelo desespero causado por condições de vida muito precárias. A falta dessas condições as vezes frustra os planos de movimentos revolucionários que acabam apelando para a guerrilha urbana que têm grande dificuldade em se sustentar e conseguir vitórias revolucionárias.

5. A ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA DE SEGUNDO JAMES D. KIRAS

Para melhor entender o assunto, analisaremos a obra de James D. Kiras (2002) Terrorismo e Guerra Irregular (tradução livre). Nessa obra, o autor discorre sobre o fato de que as ideias de Carl Von Clausewitz ainda são bastante pertinentes aos conflitos assimétricos modernos, tendo em vista a motivação política que norteia os movimentos insurrecionais, também dá algumas definições do assunto juntamente com os elementos que levam os insurgentes à vitória.

Dentro desse estudo da guerra irregular e do terrorismo abordado por Kiras, ele argumenta que há pouca concordância em um termo único para definir o tipo de violência empregado. Além disso algumas denominações para os combatentes que pegam em armas para lutar contra o governo podem alterar totalmente a ideia que se tem de um movimento em específico, como por exemplo, o termo "guerreiro da liberdade" parece ser mais merecedor de apoio do que o termo "terrorista" que leva a inferir que se comete atos de violência deliberada. Há ainda o termo "guerrilheiro", que graças à Ernesto Che Guevara, leva a juventude ocidental a imaginar um personagem de espírito aventureiro e romântico.

O autor deixa claro que os termos "guerra irregular" e "terrorismo" têm diferenças. Resumidamente, o terrorismo apenas apresenta uma dificuldade política, porém raramente consegue atingir uma mudança nesse aspecto. Já a guerra irregular utiliza-se da força para atingir uma mudança política. Outra coisa que fica bem definida é a diferença entre guerra convencional e guerra irregular.

O primeiro se caracteriza pela certa simetria entre seus adversários, na questão de equipamento, treinamento e doutrina. A guerra irregular, por outro lado, apresenta assimetria de capacidades entre as forças e tem também como característica marcante a mobilização de parte significativa da população do país no apoio ao movimento insurgente.

Kiras discorre sobre os elementos que definem o sucesso de uma insurreição, visto que aqueles que empreendem a guerra irregular ou o terrorismo buscam usar seus pontos fortes (mobilidade, anonimato, organização ou invisibilidade) contra as fraquezas de seus adversários. Os elementos que promovem vantagem aos insurgentes são: tempo, espaço, legitimidade e apoio.

O tempo é um dos mais importantes dos acima citados, visto que com tempo suficiente, uma força insurgente pode, seguindo a teoria de Mao Zedong, crescer em força, enfraquecer o governo e então, por fim, tomar o poder. Essa teoria é composta por 3 estágios em sequência: Defesa Estratégica (caracterizada pela fuga de batalhas campais decisivas e objetivar o estabelecimento de uma superioridade moral, execução de doutrinação política e treinamento de novos insurgentes); Impasse (estágio onde iniciam-se as batalhas mais prolongadas visando reduzir as forças moral e física das forças do governo) e Ofensiva Estratégica (último passo do movimento, onde, por fim, os rebeldes utilizam-se de poder esmagador para vencer as tropas do governo).

O espaço está ligado à utilização do terreno pelas tropas insurgentes. Para o sucesso do movimento, é preciso que além de espalhados (objetivando a dispersão das tropas governamentais), os guerrilheiros se utilizem de terrenos difíceis, como áreas montanhosas e selvas, para poder obter vantagens sobre o seu adversário pior equipado para as adversidades desses terrenos.

O apoio também se mostra de suma importância, já que não há sucesso em um movimento insurgente sem que se tenha alguma forma de apoio doméstico (interno) ou internacional (externo). Esse elemento está intimamente ligado à legitimidade da organização e também depende das circunstâncias que o país vive e de sua geografia. Dentro desse contexto o autor faz referência à ideia do “foco” (centro de gravidade do movimento guerrilheiro) de Ernesto “Che” Guevara e diz que Che acreditava que a guerrilha teria sucesso “inspirando” a população local para apoiar o movimento insurgente, aumento o seu poder.

Por fim, a legitimidade é caracterizada pela popularidade que o movimento tem, tendo em vista ela ter ou não uma causa moral ou justificativa razoável para utilizar a força. Kiras deixa claro no seu texto de que o método mais poderoso de legitimar a luta é relacionando as operações militares com um objetivo político que tenha justificativa. Ele também afirma que a retaliação do governo, se feita de forma muito dura, leva a perda de legitimidade e leva a população às armas junto dos rebeldes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as características da região amazônica podemos identificar fatores característica que influenciam positivamente e negativamente a condução de uma guerra de resistência na região.

Entre os fatores positivos estão a vegetação, o relevo, o clima e a hidrografia que são favoráveis ao emprego de pequenas frações, o que é mais facilmente explorado por uma força de guerrilha conhecedora do terreno, aclimatada e a adaptada a sobreviver com meios locais ou pelo menos com menor necessidade de ressuprimento em relação a uma força convencional.

As precárias condições sociais e econômicas da população, consequência da pouca presença do Estado, dificultam o seu engajamento da população local na causa nacional de defesa da Amazônia e por outro lado os torna suscetíveis a campanhas de cooptação que podem ser desencadeadas pelo invasor. Isso representa uma séria vulnerabilidade para a estratégia da resistência brasileira, uma vez que Paula e Costa Neto (2012) afirmam que há uma necessidade do envolvimento da nação como um todo na guerra de resistência.

Ao comparar a estratégia da resistência brasileira com os princípios da guerra de guerrilha defendidos no trabalho de Shy e Collier, verificamos que ambas apresentam mais concordâncias do que discordâncias. Ambas defendem que o apoio da população é fundamental para o sucesso das operações, o que também é um dos pilares da doutrina maoista.

Em contrapartida, o óbice elencado por Pedrosa (2013) que trata da possível dificuldade da população em lidar com o fratricídio que pode acontecer à medida que parte da população possa apoiar o invasor, encontra respaldo no pensamento de Shy e Collier que fazem referência à supressão de apoiadores do inimigo defendida pelo pensamento maoísta.

Por fim, conclui-se que a opção brasileira pela estratégia da resistência para a defesa da Amazônia é acertada. Apesar das dificuldades referentes à adaptação da força convencional ao estilo de guerra irregular e do risco de que o apoio da população não aconteça na medida do necessário, prejudicando ou mesmo inviabilizando os desencadeamento e a manutenção de uma guerra de resistência, a maioria dos autores estudados, assim como o texto sobre guerra revolucionária escolhido como parâmetro acadêmico sobre o assunto concordam que a guerra irregular é a única maneira viável de um país enfrentar outro incontestavelmente mais poderoso com chaces de sucesso.

A necessidade de fortalecimento das instituições defendida por Pedrosa (2013) e a necessidade do engajamento das três forças no desenvolvimento da Doutrina de Resistência defendida por Magluf Jr (2010) são válidas e necessárias, inclusive para o fortalecimento da identidade nacional da população local, mas não pode ser a única resposta de uma Força Armada perante a possibilidade de ameaça à soberania do país.

Além disso, o efeito dissuasório que a preparação de um país para uma guerra de guerrilha têm sobre a sociedade das grandes potências ocidentais, que são elencadas pela END como os invasores mais prováveis, não pode ser descartado. A Guerra do Vietnã é um exemplo histórico que

retrata bem essa condição.

OBS: tem que ser incluídas observações sobre o texto de Kiras. Basicamente o que da Estratégia da resistência brasileira está de acordo ou discordante com o estudo dele.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Ricardo Célio Chagas. **A aplicação da estratégia da resistência na Amazônia e seus efeitos nos campos não-militares do Poder Nacional Brasileiro**. Rio de Janeiro: ECEME, 2000.

BRASIL. Ministério da Defesa. Assessoria de Doutrina e Legislação. MD35-G-01 : Glossário da Forças Armadas. Brasília, DF, 2007.

______. ______. Comando do Exército. Estado-Maior do Exército . C 124-1: Estratégia. 1. ed. Brasília, DF, 2004.

______. ______. ______. ______. IP 72-1: Operações na Selva. 1. ed. Brasília, DF, 1997.

______. ______. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF, 2012.

CASTRO, Celso. **Amazônia e defesa nacional**. FGV Editora, 2006.
DE OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. A estratégia nacional de defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas. 2009.

DE PAULA, João Alberto Nunes; COSTA NETO , Eustáquio Alves da. **A necessidade da vontade e da identidade nacionais para a adoção da estratégia da resistência na Região Amazônica:** um estudo e propostas. Rio de Janeiro: ECEME, 2008. 163p.

FEREZIN, Carla. **Leituras de Clausewitz no Brasil: uma interpretação da trindade da guerra.** Disponìvel em : http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1411200409.htm . Acesso em: 18 mar 2017.

MAGLUF JÚNIOR, Alei Salim. **A estratégia da resistência no Brasil:** a criação de um Comando Comando de Defesa da Amazônia- um estudo e propostas. Rio de Janeiro, 2010. 54 p.

PEDROSA , Fernando Velôzo Gomes. A defesa da Amazônia e a Estratégia da Resistência**. Defesa da Amazônia: VII ENABED. Belém** , 2013.

SHY, John ; COLLIER, Thomas W. "Guerra Revolucionária" in Peter Paret (org.) ***Construtores da Estratégia Moderna – Tomo 2***. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003 (pp. 467-530) .